

PARENTES AÇOREANOS DO CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA

O Arquipélago dos Açores, apesar de isolado no meio do Atlântico Setentrional e distanciado do Continente Europeu, ocupa lugar proeminente nos fastos históricos do velho Portugal.

Foi ali onde o Grão Prior do Crato, vencido na batalha da Ponte de Alcântara, encontrou apoio franco, decidido e leal, para resistir, como de facto o fez, contra o formidando poder de Espanha.

As intrigas de Dom Cristóvão de Moura, o suborno do ouro castelhano, o medo, o comodismo que foi de todos os tempos, e o desânimo em que a derrota de Alcácer Kibir lançara a nação, já corrompida pela moleza e pelos *negócios* escuros da Índia, facilitaram a tarefa incumbida ao Duque de Alba e aos veteranos do seu comando.

Depois da conquista, o cadafalso veio rarear os partidários do filho do Infante Dom Luís (1).

(1) Foi no tempo do Cardeal Rei muito debatida a questão da legitimidade do Grão Prior do Crato, Dom António, e por essa ocasião houve sentenças contraditórias: numa declarava-se que o Infante Dom Luís casara com Dona Violante Gomes, a *Pelicana*, mulher de rara formosura, e noutra chegou-se à conclusão oposta.

Mas na *Crónica* do Padre Amador Rebelo, ainda inédita, e que se guarda na Torre do Tombo, encontrei o seguinte:

«No livro dos batizados que teve principio em 14 de Fevereiro de 1541, que tem 163 folhas e acabou em 1545, em a Santa Sé de Évora, a fls. 122 v.º, está o assento seguinte:

«A 15 de Junho de 1544 batisou, na Santa Sé de Évora, o Bacharel dela o Padre Diogo Vidal, a Luís, filho de uma escrava de Pero Gomes, sogro do Infante Dom Luís. Foram compadres Estevam Roiz e Afonso Roiz, comadre Grácia Roiz e por verdade assinei — *Diogo Vidal, Cura*».

Como neste tempo nem se falava na hipótese de Dom António ser pretendente ao trôno — vivia Dom João III e era numerosa a sua prole — o facto de se chamar *sôgro do Infante Dom Luís* a Pero Gomes, pai

Mas os Açores, exactamente pelo seu afastamento da metrópole, ficaram imunes da podridão que a corroía, e daí o seu entusiasmo pela causa de Dom António, os seus sacrificios, a audácia heróica de se defrontar com Filipe II, num verdadeiro delírio de temeridade.

Mas o desbarato da esquadra comandada por Filipe Strozzi, nos mares da Ilha de S. Miguel, deu o golpe mortal nas pretensões do Grão Prior e na independência portuguesa.

Tomadas todas as ilhas, e difícil foi a conquista da Terceira, ilustres açorianos também pagaram com a vida o grande crime de querer um rei nacional e a autonomia da pátria comum.

Mas vem a revolução do 1.º de Dezembro de 1640, e, como por encanto, o Duque de Bragança é logo aclamado naqueles rochedos, onde a liberdade se aclimou, o despotismo não cria raízes e a fera humana não extravasa ódios nem cultiva a flor do mal.

Sós, pelos seus próprios esforços, os açorianos obrigam à rendição as tropas espanholas que guarneciam o castelo de S. Filipe, de Angra, depois chamado de S. João Baptista.

Desde essa época, o pé do estrangeiro não manchou mais aquele solo sagrado.

Seguem-se as lutas liberais.

Dom Miguel perjura e desonra-se usurpando a corôa; confisca todas as liberdades; o seu despotismo ininteligente, bárbaro, direi mesmo imbecil, era um anacronismo na Europa.

Por isso lhe chamavam o *Calígula português*.

Pôde dominar no continente, povoando de vítimas os cárceres, e por toda a parte erguendo fôrças.

Só a Ilha Terceira não se curvou ao real toureiro e cavaliário, e, nêsse minúsculo rincão da monarquia, tremularam as côres azul e branca, as côres dos livres; ali foi o ponto de *rendez-vous* dos constitucionais e liberais, exilados, dispersos pela França, Bélgica e Inglaterra, por amor aos seus princípios, à palavra jurada, e, como os cavaleiros da Idade-Média, pela dedicação à sua dama — a jovem rainha Dona Maria II.

de Dona Violante Gomes, parece indicar que realmente fôra seu marido este filho de Dom Manuel I.

Em 1544 estava-se cêrca de 35 anos longe do reinado do Cardeal Dom Henrique e do magno negócio da sucessão portuguesa.

O governo intruso pensou então esmagar esse núcleo da resistência, escravizar mais esta parte do território nacional.

Uma esquadra poderosa é enviada contra os que elle chamava *rebeldes*, e em 11 de Agôsto de 1829, quando desembarcavam na Vila da Praia as fôrças expedicionárias, encontraram tenâs resistência, e são repelidas com grande perda.

A esquadra nada mais tentou, e regressou ao Tejo para, dali a tempos, ser capturada com outros navios, pelo Almirante Roussin, sem disparar um tiro!

Era o primeiro fracasso no poderio do usurpador, prenúncio de outros e da sua queda, o princípio do fim.

Vila Flôr, depois duque da Terceira, que se cobrira de glória, dirigindo a batalha da Vila da Praia, procede à occupação das demais ilhas que, em Agôsto de 1831, ficam todas sob a obediência das autoridades constitucionais.

É possível, em seguida, organizar-se uma armada para transportar a expedição que desembarcou na Arenosa de Pampelido, constituída pelos lendários 7:500 companheiros do Rei-Soldado, que, de combate em combate, de vitória em vitória, acoassam o inimigo, até que a Convenção de Évora-Monte põe termo à guerra civil e Dom Miguel toma o caminho do exílio.

A história diz que elle não soube estar à altura da missão que se impôs, que ouviu e atendeu conselheiros ineptos, que a sua ambição de empunhar um scetro o perdeu, como homem e como príncipe, no conceito dos homens de bem, porque para a sua falta de palavra não há nenhuma desculpa ou atenuante.

Restabelecida a Carta, efectivadas as suas garantias, viveram em liberdade os que mais a combateram, e foi o regime melhor e de mais tolerância que em Portugal houve.

Quando o sôpro de uma revolução inútil, desnecessária, o fez desaparecer, renovaram-se debaixo de diferente nome, as perseguições miguelinas: os *Miguéis Alcaides*, e os *Teles Jordão*, surgiram de todas as alfurjas, de todas as sargetas e canos de esgôto.

Essa liberdade e paz que se gosaram devem-se aos Açores, e não esqueça o nome de Teotónio de Dornelas Bruges Avila Paim da Câmara, 1.º Visconde de Bruges e 1.º Conde da Praia da Vitória, que, à sua custa, sustentou na Ilha Terceira a causa, tantas vezes periclitante, de Dona Maria II.



Desdenham os continentais dos *Ilhéus* e dêles desconfiam, fazendo correr a lenda injusta e caluniosa de que são traiçoeiros ou desleais, e o adágio: «que o *Ilhéu* ainda depois de morto espinoteia».

Comentarei estas levianas apreciações, com o facto de serem chamados açoreanos à alta governança pública, e occuparem no magistério superior, no comércio, na indústria, na grande finança, lugares de destaque, eminentes, primaciaes, como os que mais são.

Apenas referirei os mortos: dois membros do Governo Supremo do Reino em 1820: Francisco de Lemos Betencourt e José Nunes da Silveira; Manuel Inácio Martins Pamplona Côrte Real, 1.º Conde de Subserra, em 1823 Ministro Assistente ao Despacho de Dom João VI, ou seja Presidente do Conselho de Ministros; o Duque de Ávila e de Bolama; Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, e Manuel de Arriaga.

Creio que esta citação bastará.

Se aludisse aos vivos, cuja modéstia não quero ofender, a lista seria grande, mesmo muito extensa.



Se a colonização das ilhas muito deve aos estrangeiros — flamengos, em grande número, povoaram o Faial e irradiaram para o Pico, S. Jorge e Terceira, elementos ingleses apparecem na Graciosa, franceses em S. Miguel e espanhóis na Ilha das Flores — portuguezes e nobres portuguezes para lá foram, radicaram-se nesse solo virgem e de uma fertilidade assombrosa.

Nos quartéis dos brasões açoreanos figuram, com bom direito, as armas de famílias do Continente, suas parentas.

São o sangue e a língua o elo que prende os Açores a Portugal, e por isso o separatismo e o americanismo em que se fala, são ideais insensatos ou de traidores.

O sangue portuguez, azul, o mais illustre, circula nas veias de muitos açoreanos.

Quero falar dos nobilissimos Pereiras que procedem de Edmundo (o Conde Dom Mendo, dos nossos nobiliários), irmão de Didier ou Desidério, Duque de Tuscia ou Toscana,

o último Rei dos Lombardos, destronado e aprisionado pelo genro, Carlos Magno, em 774.

Edmundo, não podendo continuar a residir na Itália, depois da queda de Didier, veio para a Península e aqui contraiu casamento com Dona Joana, filha de Dom Romão (Ramón), irmão de Dom Afonso II, o *Casto*, Rei das Astúrias, e teve o título de Conde de Trastâmara.

Alguns genealogistas escrevem que Edmundo tinha, como ascendente, o Imperador Constantino Magno e outros Césares.

Nono neto de Edmundo, foi Dom Gonçalo Rodrigues de Pereira, Conde de Trastâmara, que houve, de sua legítima mulher Dona Urraca Vasques, a Dom Gonçalo Pereira, Arcebispo de Braga, o qual, de Dona Tereza Pires Vilarinho, teve a Dom Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Crato, na Ordem do Hospital, que deixou 31 filhos bastardos, um dos quais foi o Condestável Dom Nuno Alvares Pereira, que foi pai da 1.^a Duquesa de Bragança e por ela ascendente de todas as casas reais da Europa, reinantes e não reinantes.

O mesmo Dom Gonçalo Rodrigues de Pereira, bisavô do Condestável, houve de Dona Marinha ou Moninha Vasques, o bastardo Rúi Pereira, o *Bravo*, 6.^o avô de *João Garcia Pereira*, que se estabeleceu na Ilha do Faial, ali casou com Dona Isabel Pereira Rôxo, e teve descendência, que se continua actualmente.

João Garcia Pereira era portanto primo do egrégio super-homem, a quem Portugal deve ser independente de Castela, e neto do irmão do 2.^o Conde da Feira.

Do seu casamento houve *João Garcia Pereira* os seguintes filhos:

1.^o Gaspar Garcia Pereira Sarmento, casado com Beatris Gonçalves Madruga, filha de André Gonçalves Madruga e de sua mulher Isabel Dias Rodovalho.

Viveu na Ilha do Faial, onde fez testamento aprovado em 11 de Julho de 1569.

É tronco dos Pereiras Sarmentos Forjazes de la Cerda, da Ilha Terceira, que são numerosíssimos.

2.^o Sebastião Pereira Sarmento, que casou com uma senhora da família do donatário Hurtere, do Faial, e de ambos procediam os Utras Pereiras e Utras de la Cerda, mencionados em documentos antigos.

3.^o João Garcia Pereira Sarmento, que figura na árvore genealógica que adiante se encontra.

4.º Dona Bárbara Pereira, casada com Lourenço Vaz, filho do donatário de Angra, João Vaz Côrte Real (1), com descendência até hoje na Ilha de S. Jorge.

5.º Dona Margarida Álvares Pereira, casada com André Gonçalves Madruga (2), que também deixou descendência.

Numa curiosa justificação de nobreza feita em 1790, o bacharel António de Labat (3) de la Cerda «para certos requerimentos conducentes ao seu direito», pediu pública forma da que obtiveram seus pais, André Francisco de Labat Forjaz Vandaraga Marramaque de la Cerda e Dona Maria Feliciana de la Cerda Betencourt, e por elas vê-se que André de Labat era filho legítimo de Diogo de Labat e de Dona Isabel Felícia de la Cerda, neto paterno de Gedião de Labat e de Dona Maria de Faria, e bisneto, também paterno, de Jaques de Labat e de Ana Vieta (Viette), estes últimos naturais da La Rochelle, França.

Dona Isabel Felícia de la Cerda era filha legítima do capitão António de la Cerda Pereira e de sua segunda mulher Dona Briolanja de Arês Pereira da Silveira, e pelo lado paterno, neta de Gonçalo Pereira de la Cerda e de Dona Isabel de Azevedo, bisneta de António Pereira Caráuta (Cara alta?) e de Dona Margarida da Silveira Pereira, trisneta de Gonçalo Velho de Medeiros e de Dona Bárbara Dias Pereira.

Dona Margarida da Silveira Pereira era filha legítima de Diogo Vaz e de Dona Isabel Gularte Pereira, e esta era filha legítima de Dona Isabel Gularte da Silveira e de João Garcia Pereira Sarmento, que era, como ficou dito, filho legítimo de João Garcia Pereira e de Dona Isabel Pereira Rôxo.

Em 25 de Setembro de 1542, Álvaro Pereira Sarmento, filho de Gaspar Pereira Sarmento (irmão daquele João Garcia) e de Dona Beatris Gonçalves Madruga, e neto paterno de João Garcia Pereira, requereu uma «abonação ou justificação ao Juiz Ordinário, Jorge Peixoto de Carvalho, para provar a sua ilustre ascendência, visto ser João Garcia Pe-

(1) No *Arquivo dos Açores*, vol. IV, entre os filhos de João Vaz Côrte Real, não se menciona este Lourenço, citado pelo genealogista José Cândido da Silveira Avelar.

(2) ¿Será filho do já referido André Gonçalves Madruga, o sôgro de Gaspar Garcia Pereira Sarmento?

(3) Tem-se escrito este apelido de forma diversa: *Labatt*, *Labath*, *Labate*; mas a exacta é *Labat*.

reira, filho legítimo de Garcia Álvares Pereira e de sua mulher Dona Inês de Magalhães, sobrinha dos Senhores de Ponte da Barca, e o dito Garcia Álvares Pereira era filho legítimo de Gonçalo Pereira, de Riba de Vizela, e de sua mulher Dona Filipa Henriques, e que portanto seus pais, avós e bisavós, eram do verdadeiro tronco dos Pereiras, neste Reino de Portugal; que Gonçalo Pereira, seu bisavô, era do Conselho de Guerra de Dom Afonso V, e também era irmão do Conde da Feira (1) que, por parte de sua avó Dona Isabel Pereira, era outrosim dos Pereiras, da casa dos Senhores de Basto, por ser Dona Isabel, filha legítima de Dom Gonçalo Pereira Rôxo e de sua mulher Dona Maria Sarmento, filha legítima de Dom Garcia Sarmento, Senhor de Vigo, e de sua mulher Dona Francisca de Souto Maior, filha da Condessa de Caminha (*sic*); que Dom Gonçalo Pereira era irmão inteiro de Dom Pais Gomes Pereira e de Dom João Pereira, de Guimarães, os quais Pereiras eram irmãos com irmãos (*sic*) de Dom João Rodrigues Pereira, Senhor de Basto (2), e por isso éle suplicante era da geração dos Sousas e dos de Carvalho, de Canas de Senhorim, e dos Henriques, que são gerações de fidalgos de solares conhecidos, e também dos la Cerdas, Sarmentos e Bermudes, gerações muito nobres e antigas de Castela, e que o pai dêle, Álvaro Pereira Sarmento, Gaspar Garcia Pereira Sarmento, vivia com armas e cavalos à lei de fidalgo de grande solar, e trás honrada casa, e o avô, *João Garcia Pereira*, foi no Faial um homem mais principal, e teve grande casa e servidores, e da mesma maneira viveram os bisavós do requerente, que vive em casa de seus pais e tem cavalos e se cria, como filho de homem nobre».

Deferido o requerimento, foram ouvidas diversas testemunhas, todas moradoras no Faial.

Dos seus depoimentos confirma-se quanto alegou em sua petição Álvaro Pereira Sarmento, e aparecem pormenores

(1) O 2.º Conde da Feira.

(2) João Rodrigues Pereira Marramaque, ou o Marramaque, de alcunha (*Merry-Maker* = *merry*, alegre, folgasão, que diz facécias, e *maker*, fazedor de qualquer cousa), foi valido de Dom João II, e 4.º Senhor de Celorico de Basto, e dos coutos do Lamegal e Lumiares.

Deixou filhos, mas a breve trecho extinguiu-se a sua descendência. Por isto se vê a sem-razão dos Pereiras, do Faial, se apropriarem e usarem do apelido ou alcunha de *Marramaque*, não descendendo dêle. Eram apenas seus parentes.

curiosos, que êle talvez não esperava que se soubessem pela *abonação*.

E é assim que das cautelosas palavras das testemunhas, parece depreender-se que, só depois de nascer Álvaro Pereira Sarmento, seu pai, Gaspar Garcia Pereira Sarmento, casara com Dona Beatris Gonçalves Madruga, filha de André Gonçalves Madruga e de Isabel Dias Rodvalho «com a qual *de hoje em dia* vive casado de suas portas a dentro».

Mais e melhor narram quasi todos os *abonadores* da fidalguia de Álvaro Pereira Sarmento, acêrca da sua ascendência, em especial de *João Garcia Pereira*, que foi «muito valoroso», e por matar, no Reino, um fidalgo de apelido Coutinho, muito próximo parente do Conde de Marialva, fugiu para Tânger, onde era Capitão (Governador) em 1501, pouco mais ou menos, Dom João de Meneses, Conde de Tarouca (1), também parente de *João Garcia Pereira*.

Com muita coragem, mas de génio arrebatado, «muito colérico», teve lá igualmente «uma diferença» com outro homem e matou-o.

Não creio que *João Garcia Pereira* fôsse um assassino vulgar.

As rixas entre fidalgos eram vulgaríssimas. Sempre armados, cingindo espada e trazendo no cinto o punhal; sem cultura de espírito, pensando apenas em cavalos, caçadas, raptos

(1) Foi o filho mais novo do Conde de Viana e teve a nomeação de capitão de Arzila, por carta de 27 de Abril de 1481.

Dom João II confiou-lhe o govêrno de Tânger e foi governador ou aio do Príncipe Dom Afonso, único filho legítimo dêste Rei, e depois ascendeu a Mórdomo-mór.

Dom Manuel I conservou-o na Mordomia, fê-lo Conde de Tarouca em 1499, elegeu-o Prior do Crato em 1508, e poucos meses antes de morrer fê-lo seu Alferes-mór. Ainda serviu Dom João III, menos de um ano, porque morreu logo.

O irmão mais velho de Dom João de Meneses chamou-se Dom Henrique, Conde de Viana e de Valença, Senhor desta Vila e da de Caminha, e por fim Conde de Loulé.

Também fôram seus irmãos Dom Garcia de Meneses, Bispo de Évora, prêso e encarcerado na cisterna de Palmela, por ordem de Dom João II e Dom Fernando de Meneses, degolado em público, na praça de Setúbal, por conspirarem com os Duques de Bragança e de Vizeu contra aquele monarca.

Do exposto é evidente que *João Garcia Pereira* tinha parentes poderosos e muito nobres.

Devo declarar que colhi estas informações no *Arquivo Histórico* do Sr. Braamcamp Freire, vol. I, págs. 3 a 11.

e combates, deixando à rédia solta os instintos brutais, de pura animalidade, que tem cada homem, não admira que, à mais pequena contrariedade ou objecção, considerada logo ofensa, nascesse o desejo de desfôrço, de vingança, e como não conheciam meios termos, e o adversário também não o pouparia, o homicídio vinha naturalmente, como consequência necessária, fatal.

E depois não havia remorsos, porque o modo de ser da época não considerava extraordinário o homicídio naquelas condições.

Ainda hoje, à distância de tantos anos, mesmo séculos, quem frequenta os centros de conversação dos rapazes descendentes das grandes famílias históricas, em pontos de reunião de *aficionados* de toureio e do *sport* de equitação, associações de caçadores e de ginástica, picadeiros e estabelecimentos de venda de armas de fogo, nota que em elevação moral, pontos de vista, em suma, em educação, ou se quizerem, em civilização, há muito quem se pareça com *João Garcia Pereira* entre os nossos contemporâneos.

¿ Que admira, pois, que nesses tempos de capa e espada, um fidalgo rixoso puchasse dela contra o primeiro que o ofendesse ou contrariasse?

No entretanto existia a justiça real, e a ela, por vezes, se dava conta dos feitos praticados, crimes, decerto, que não inspiravam o horror que actualmente por elles experimentamos.

(*Continúa*).

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.